

Disciplina/indisciplina:

educação infantil, espaço de liberdade ou de modelamento?

Fabiola Colombani Luengo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUENGO, FC. *A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 142 p. ISBN 978-85-7983-087-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

2

DISCIPLINA/INDISCIPLINA: EDUCAÇÃO INFANTIL, ESPAÇO DE LIBERDADE OU DE MODELAMENTO?

A crença de que para o aluno aprender precisa de normas e regras precisas impede e destrói um espaço e um tempo de troca de experiências e vivências entre as próprias crianças e com os adultos também. Com práticas autoritárias e escolarizantes, a escola desumaniza, dociliza e uniformiza. Em outras palavras, com permanentes coerções e controles, as instituições escolares modernas criam e moldam o homem moderno.

Mesomo, 2004, p.105

O tema da disciplina é, para este trabalho, um assunto de suma importância, por ser visto como um dos pilares que sustentam a medicalização nos dias atuais, pois os seus mecanismos de poder estão fortemente presentes no cotidiano escolar, configurados em instrumentos disciplinadores e controladores que, à luz dos dados obtidos, podem ser analisados de forma concreta e atual.

No capítulo anterior, ao refletir brevemente sobre a história da infância, pode-se perceber que ela foi constituída como um objeto

passível de intervenção higiênica e disciplinar dentro de um processo histórico, durante o qual várias formas de disciplinarização foram se estabelecendo.

Na década de 1920, com a redefinição de uma política sanitária, foi destinada à escola primária a tarefa de disciplinar a *natureza infantil*, com um poder modelador dos hábitos, da saúde e da educação da infância. A obediência da criança de acordo com as normas sanitárias impostas pela medicina configurava-se como a melhor medida contra a ameaça que pairava sobre a sociedade, devido ao crescimento desenfreado e desregrado das grandes cidades.

Com essa disposição, procurava-se caracterizar a medicina como uma verdadeira e efetiva ciência do social e, para fazer valer tal vontade, a higiene também se instalou no coração da formação médica, na forma de uma disciplina. (Gondra, 2003, p.28)

A higienização como um modo de disciplina, foi se infiltrando e enraizou-se nas instituições da infância, de tal modo que a criança passou a ser pensada somente de uma perspectiva moral, individual e patológica. A instituição escola tornou-se intrinsecamente disciplinar e a escolarização passou a ser a mola propulsora da ordem e do progresso científico e social, com o intuito de eliminar *atitudes viciosas* e de inculcar hábitos salutarés.

Para se alcançar o avanço científico era necessário, segundo os higienistas, saber diferenciar a personalidade *normal* e *anormal* da criança e, para isso, o professor deveria estar apto a colaborar nessa diferenciação que se instalou na pedagogia científica com o intuito de tornar a prática pedagógica mais humanitária, ou seja, os anormais deveriam ser isolados numa escola própria, para que fossem corrigidos, modificados e disciplinados por métodos próprios, sendo, segundo Mendes (2006, p.1), “uma fase de segregação, justificada pela crença de que a pessoa diferente seria bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos *anormais*”. Para que houvesse a diferenciação correta, os professores, juntamente com o diretor e o médico

escolar, tinham que elaborar e assinar a carteira biográfica escolar.¹⁰ Nessa carteira, deveriam constar os dados de observação que mostravam as características de *normalidade*, *anormalidade* ou *degenerescência*, assim como aspectos físicos, raça, traços morais, marcas de hereditariedade e detalhes do ambiente familiar. Através desses registros, os dados eram cruzados e o futuro escolar do aluno era decidido, sendo considerado *apto* ou *não apto* para estar entre as crianças *normais*, o que se pode chamar de processo de normalização, que, para Silva (apud Dornelles,¹¹ 2005, p.22),

é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação à qual outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal, que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade.

Estando a educação nessa constituição normalizante, a pedagogia científica determinista teve que configurar a formação dos professores, que deveriam estudar, como diz Carvalho (1997, p.298), “as quarenta e seis ‘lições teórico-práticas’ que foram organizadas em torno de cinco tópicos: exame anamnético, físico, antropológico, fisiológico e psicológico”. Dessa forma, o educador passou a ser visto como um forte colaborador higienista, passando não só a educar, mas também a detectar anomalias, selecionando e compondo a clientela escolar, aplicando a técnica ortopédica – de

10. Criada em 1914 pelo médico-pedagogo italiano Ugo Pizzoli, criador da pedagogia científica e da Escola Normal em São Paulo.

11. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. A obra original não foi utilizada porque o livro não foi encontrado.

prevenção e correção do que se encontrava fora dos padrões de *normalidade*.

Ao distinguir o normal do patológico, fazia-se uma aposta no poder disciplinador do progresso, ditado por um modelo industrial que influenciou a ideia de que só os *normais* teriam condições de produzir de forma disciplinada, incorporando hábitos de trabalho.

Dessa forma, juntamente com os hábitos de educação e trabalho, dever-se-iam inculcar os hábitos de saúde, pois tais hábitos eram os pilares capazes de sustentar o progresso. Carvalho (1997) reafirma a questão dizendo:

A “educação integral” – assentada no tripé: saúde, moral e trabalho – era uma das respostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes. Tratava-se, fundamentalmente, de estruturar dispositivos mais modernos de disciplinarização social, que viabilizassem o que era proposto como progresso. Nesse projeto, a educação era especialmente valorizada enquanto dispositivo capaz de garantir a “ordem sem necessidade do emprego da força e de medidas restritivas ou supressivas da liberdade” e a “disciplina consciente e voluntária e não apenas automática e apavorada”.

A disciplina, ao enraizar-se na escola de forma ortopédica, passou a ser sinônimo de eficiência, moldagem e adaptação, sempre com o intuito de desenvolver e racionalizar a criança para discipliná-la, não apenas fisicamente, mas também num modo de regulação moral, pois a disciplina, como versa Foucault (2008, p.119), “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. Ainda seguindo o raciocínio de Foucault, essa “docilidade” faz com que a disciplina transforme o homem em “homem máquina”, ser analisável e produtivo, corpo manipulável: “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (2008, p.118).

O disciplinamento penetrou e se cristalizou nas principais instituições sociais desde o século XVIII. Porém é na escola que mais se vê a ação de seus tentáculos, onde promove desigualdade, discriminação e controle. Isso ocorre devido à necessidade de escolarização, trazida pelo desejo de progresso que a industrialização criou e que hoje, na configuração social moderna, faz da escola uma instituição homogeneizante, autoritária e normatizadora.

O disciplinamento da criança está relacionado, portanto, com o moderno estatuto da infância. Este a institui socialmente ligando-a a determinadas práticas familiares e formas de educação produzidas no século XVIII, ou melhor, num momento em que a sociedade ocidental vive profundas mudanças sociais, com uma progressiva divisão do trabalho e uma crescente urbanização, o que exige a formação de um cidadão. A infância torna-se, então, objeto de um outro olhar e, portanto, de um outro modo de governá-la. De tal maneira, o disciplinamento passa a ser exercido na família e nos colégios, com um controle de cunho cada vez mais rígido e total”. (Dornelles, 2005, p.36)

A ânsia pela produtividade desenfreada, própria da sociedade capitalista numa cultura globalizada, a liquidez das relações, somadas às conquistas da ciência, fizeram conceber o homem como um ser que necessita estar apto a adequar-se ao mundo nas diversas situações que enfrenta, e aquele que, por algum motivo, não acompanha a massa, é visto como o diferente, o incompleto, o desajustado, o imperfeito que necessita de ajuda para justapor-se aos anseios sociais.

Sendo então a escola uma instituição de vigilância, que tem a sensação normalizadora como instrumento, ela funciona como um aparelho para punir os desvios. Ela vigia, aponta e pune todo e qualquer tipo de conduta desviante. A patologização, que será tratada mais especificamente no próximo capítulo, é uma forma de apontar os desvios, ao passo que a medicalização vem num segundo momento para punir, isto é, tratar o que se encontra em estado de *anormalidade*.

Outra forma de punição e disciplinamento é o exame, prática corriqueira nas escolas. Porém, o que se percebe hoje é que o *exame* vem sendo incorporado cada vez mais cedo, inclusive no local onde a pesquisa de campo foi realizada, sendo essa uma prática que vem se tornando cada vez mais comum. Crianças da educação infantil passam por “provinhas”, que ajudam o professor a detectar o nível de aprendizagem da criança. Foucault (2008, p.154) trata sobre o exame, dizendo:

O exame combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Além do exame em formato de prova, há a avaliação diária das atividades realizadas pela criança em seus livros didáticos, os quais, antes, eram adotados a partir do ensino fundamental e atualmente vêm sendo utilizados desde o primeiro ano da educação infantil. O uso de cartilhas deu espaço às apostilas e cada vez mais escolas municipais tentam acompanhar as escolas particulares. Sabe-se que hoje a maioria dos municípios do estado de São Paulo¹² já adota o material, que a princípio é bem aceito pela família, por pressupor uma educação de qualidade. Porém, essas tarefas que são pensadas e programadas por adultos, com o intuito de obedecer a um conteúdo programático, não trazem atividades lúdicas que favorecem a criatividade e a liberdade de expressão da criança, deixando-as submissas a uma aprendizagem mecânica e repetitiva.

12. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* de 13/4/2008, 150 municípios contratam os sistemas apostilados privados, representando 23% das 645 cidades do estado. No país, há mais de 300 cidades brasileiras que já adotaram alguma forma de apostilamento, somando 690 mil alunos que usam o material. Totalizando um gasto de aproximadamente R\$ 100 milhões anuais.

A apostila, que é apresentada como recurso pedagógico, nada mais é que um instrumento de dominação e disciplinamento que se acopla à rotina rígida para impor à criança formas de aprender e desenvolver suas atividades. É um material homogêneo, que não leva em consideração as singularidades e as necessidades da criança, pois simplesmente traz o conteúdo e o professor o transmite ao aluno, muitas vezes numa pedagogia acelerada, modificando o caráter da educação infantil, assemelhando-se ainda mais ao ensino fundamental.

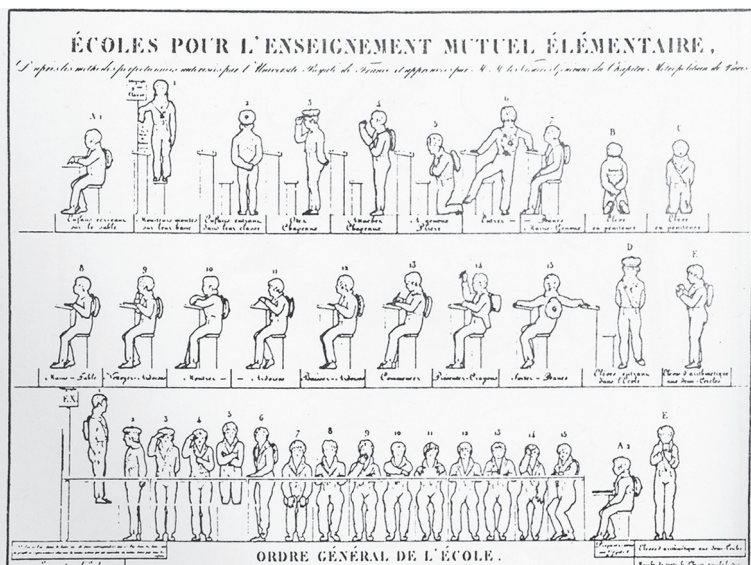
Para Motta (2001, p.4),

o conhecimento apostilado, porém, produzido em verdadeiras “fábricas do saber” potencializa a “(re)produção” de indivíduos massificados, prontos à adequação social que, atualmente, tem como um de seus principais objetivos o consumo [...]

Isso faz a educação ficar a serviço do capital, pois sem consumo e lucros o capital se dilacera. O conteúdo da apostila é extenso. Por esse motivo, as crianças ficam a maior parte do tempo dentro da sala de aula e esporadicamente participam de alguma atividade extraclasse. As crianças, já em estado de disciplinamento, internalizam o silêncio tão solicitado nos primeiros dias de aula pelas professoras e, alguns dias depois, incorporam a disciplina; o que se percebe são “adultos em miniatura”, procurando compreender o sentido daquele conteúdo que está na apostila e que mais parece um enigma a ser desvendado, como uma caça ao tesouro, que tem como prêmio o mundo letrado.

Essa internalização da disciplina ocorre por meio de redes invisíveis que vêm de várias direções – como o Estado ou as classes dominantes – e se institucionalizam tomados por autoridade e autoritarismo. O corpo, por ser manipulado, passa a obedecer de forma automatizada. A ilustração a seguir¹³ mostra a forma com

13. Esquema de postura corporal da escola francesa de Port-Mahon do século XIX: triunfo da disciplina. *Fonte: Revista Nova Escola*, outubro de 2008.



que desde o século XIX a disciplina é aplicada, usando o corpo como alvo de dominação.

Capturados pela instância do poder, os alunos passam a se comportar de forma robotizada. Nesse sentido, Carvalho (2006, p.57) contribui descrevendo o cotidiano de uma sala de aula:

os alunos sentam-se enfileirados, vestidos uniformemente, obrigados também a se comportarem uniformemente – com uma postura ereta, silenciosos e atentos aos ensinamentos –, proporcionando condições para absorverem os conhecimentos de uma outra pessoa, que se julga detentora do conhecimento – ao menos da área previamente proposta pela instituição. Tais alunos, geralmente tratados como iguais, são colocados numa condição de aprendizagem dos mesmos conteúdos, na mesma velocidade e da mesma forma. Muitas vezes não se respeitam seus conhecimentos prévios, suas diferenças em termos de capacidade, muito menos suas opiniões sobre o que se está aprendendo. O aluno tem apenas o dever de aprender em um tempo determi-

nado, de uma forma preestabelecida e configurada de acordo com o que se cobra na sociedade. Vê-se, nesse âmbito, um processo de homogeneização, vítima de uma racionalização produzida a partir de modelos [...]

Contudo, há aqueles que fogem dos padrões de controle considerados normais e manifestam-se com outras formas de comportamento. Esse “desajuste”, que incomoda os educadores, é visto como indisciplina. A indisciplina é entre os educadores, atualmente, uma das queixas que mais aparecem no cotidiano escolar. Ao ouvi-los, observa-se que se queixam de falta de regras, desobediência às normas, desinteresse pelo ensino e atitudes agressivas. Porém, ao relatar essas queixas, mais parece que os alunos apontados são adolescentes, estudantes do ensino médio, quando na verdade são alunos da educação infantil, ou seja, crianças entre 3 e 5 anos, que são vistas como descontroladas, desregradas, desobedientes e agressivas. Mas o que será isso? O que fez a infância mudar tanto nos últimos anos? Ou não foi a infância que mudou, e sim o sistema educacional infantil, que vem se tornando cada vez mais um lugar de práticas disciplinadoras e estigmatizantes que têm como único objetivo a eficiência, ou seja, a excelência na produtividade.

Mesomo (2004, p.108) descreve claramente o que ocorre na educação infantil de forma geral:

na educação infantil, primeira etapa da educação básica, o que se observa hoje, em geral, é o início das separações dos corpos, tempos e espaços na escola, instaurando-se uma arte de governar. Gestos e falas controladas, filas e vigilância permanente; os locais indicam valores e garantem obediência. As salas abarrotadas de mesas e cadeiras são o principal ambiente de permanência das crianças, servindo o parque na maioria das vezes apenas para recreio e descanso.

Muitas das queixas dos professores em relação à indisciplina têm a ver com falar demais, falar alto ou não permanecer sentado muito tempo no momento das atividades em sala de aula, comportamentos comuns da infância, que passam a ser confundidos muitas vezes com distúrbios e transtornos do comportamento, o que acaba impulsionando o professor a solicitar o auxílio dos especialistas parapedagógicos (psicólogos, neurologistas, psiquiatras e afins), com o intuito de solucionar tais questões.

Conforme a suposição principal desta pesquisa, a indisciplina, até mais do que os problemas de aprendizagem, é o que leva muitas crianças aos consultórios. Alguns estudos caminham com o desejo de compreender a causa da indisciplina e sua relação com os sexos, pois, segundo Arruda (2006), a ocorrência de transtornos como o do TDAH surge com maior índice entre os meninos do que nas meninas. Porém, os especialistas dizem não saber ainda se as meninas são menos acometidas por transtornos dessa natureza ou se é o diagnóstico que fica prejudicado, pois nas meninas o TDAH se manifesta de forma diferente, com a criança apresentando apática e desanimada, enquanto no menino é ao contrário, ele se torna, segundo os neurologistas, indisciplinado e desatencioso, o que acaba chamando mais a atenção dos professores. Ou seja, se a ciência ainda não foi capaz de provar cientificamente tal transtorno, como já é possível encontrar diferenças de sintomas entre os gêneros?

Frente a tudo isso, outro ponto deve ser levantado. Sendo então o menino mais diagnosticado por conta das manifestações de indisciplina, pode-se dizer que se reafirma a suposição principal de que a indisciplina tem relação com o diagnóstico de TDAH e, por sua vez, crianças que apresentam comportamentos considerados indisciplinados acabam sendo patologizadas e conseqüentemente medicalizadas por conta da manifestação indisciplinar.

Dessa forma, pode-se dizer que o desejo de uma instituição disciplinar está muito presente na escola, o que influencia as condutas dos professores dentro da sala de aula. Segundo Aquino (2003, p.16),

tomar a indisciplina e outros comportamentos disruptivos como fenômenos complexos ditados pelos novos tempos pedagógicos significa conceber a relação professor-aluno como necessariamente conflitiva.

A sala de aula deve ser vista como espaço de encontro onde aluno e professor unem-se para refletir sobre as questões que muitas vezes se encontram além dos livros. O professor não é um mero transmissor de conhecimento, e o aluno não é um mero receptor; são partes de um processo educativo que só flui de maneira positiva quando ambos se respeitam e reconhecem no outro a sua importância. Tal importância da presença e da mediação do conhecimento e do aprendizado pelo outro reflete a concepção de um processo “social” e “socializado” de uma e outra esfera. O conhecimento, em todos os seus aspectos, e o aprender, por decorrência, são acontecimentos de natureza social. O esperado, portanto, é que se aponte para a importância central do outro, e da condição de alteridade, inclusive para o estabelecimento efetivo de um processo de construção cognitiva, processo que, sem a presença do outro, permanece parcial, precário, ou mesmo irrealizado de todo.

No entanto, muitos professores não adotam esta maneira de ensinar, e, sim, uma postura muitas vezes ditatorial, passando como um rolo compressor pelas diferenças dos alunos, impondo seu ponto de vista sobre assuntos que deveriam ser discutidos em sala de aula, porém, na verdade, são “despejados” nos alunos, considerados “folhas em branco”, em detrimento de suas peculiaridades e opiniões. (Carvalho, 2006, p.59)

A vida, preenhe de sentidos que se renovam a todo instante, é inesgotável. Por isso, tanto na aprendizagem de conteúdos como na aprendizagem do que é o ser humano, cabe a nós escapar de pensar o mundo como um sistema fechado de conceitos, ou tentar reduzir o outro a um molde dentro do qual queremos enquadrá-lo. “Muitas vezes temos que deixar de lado todo tipo de abordagem técnico-

-científica e, desarmados, estar simplesmente com o outro [...] Educar é estar com o outro” (Novaski, 1995, p.13-4).

Ao moldar, controlar e punir, a escola priva a criança de liberdade. Liberdade de expressão, liberdade de brincar, de procurar os seus próprios interesses, de socializar, de reivindicar, de errar; enfim, de ser ela mesma, pois a infância – livre de hipocrisia social – é a única fase em que o ser humano consegue ser original. A criança vai perdendo os seus sentidos se já não pode mais usá-los. A sua linguagem corporal é roubada se ela não pode mais manifestar as dores e os sabores por meio do corpo ou da fala; ao se sentir presa num sistema que a rejeita, ela passa a internalizar as disciplinas e a aceitar o que lhe impõem.

Pode-se então concluir, a partir de tais reflexões, que a escola sempre foi palco das disciplinas e das diversas formas de disciplinamento. No entanto, tendo em vista as inúmeras transformações ocorridas na contemporaneidade, deve-se questionar qual é a concepção de criança que os profissionais que trabalham com a educação infantil possuem, pois ao apontarem, no cotidiano escolar, casos de indisciplina, crianças são encaminhadas aos serviços de saúde com o objetivo de ser diagnosticadas e tratadas para que haja o controle de seus comportamentos, sem ao menos procurar compreender as tramas sociais que corrompem e desumanizam a infância.